

Memória que se esvai em chamas...

Tamara Quírico e Evelyne Azevedoⁱ

Ernst Cassirer (1874-1945) explica em um de seus mais importantes textos que “a memória simbólica é o processo pelo qual o homem não só repete sua experiência passada, mas também reconstrói essa experiência” (CASSIRER, 1997). Para que isso aconteça, é necessário o contato, de algum modo, com essa vida pretérita, que pode ocorrer de modos diversos: através da oralidade que transmite histórias, vivências e acontecimentos marcantes de uma cultura ou de uma sociedade; por meio de registros materiais diversos, como documentos escritos e visuais, ou ainda objetos das mais diversas origens. Todas essas possibilidades de reencontro com o passado, e de sua reconstrução, existiam no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

O incêndio que devastou o Museu Nacional no dia 2 de setembro de 2018 destruiu um dos mais importantes museus da América Latina. Naquela noite, o fogo consumiu um acervo científico, cultural e histórico insubstituível. Perdemos não só um museu, mas um palácio com todo o peso da história que trazia consigo. Perdemos relíquias das mais diversas áreas do conhecimento, como fósseis, quadros e peças arqueológicas de culturas distintas. Perdemos, enfim, parte fundamental de nossa história, parte do que constituía nossa memória simbólica enquanto nação.

Como lidar com a perda? Como trabalhar o luto? Nenhuma das muitas palavras latinas relacionadas à morte seria capaz de se encaixar de forma adequada no que representa a perda de um museu como esse; cada uma delas, no entanto, poderia desempenhar um papel importante nesse processo. O sentimento causado pela morte cruel daquele que nos é caro (o *luctus*) associado ao *maeror*, sofrimento profundo que leva às lágrimas, podem levar ao sofrimento físico: *adflictatio*. Mas, superada a *desperatio*, é preciso dar rumo àquilo que restou.



O que podemos fazer então? Ações concretas estão sendo tomadas desde o dia seguinte ao incêndio: o edifício histórico vem sendo escorado, de modo a permitir o acesso de equipes que possam resgatar objetos que porventura tenham resistido. Conforme as últimas notícias, mais de mil e quinhentos objetos já foram retirados dos escombros. Os cursos de pós-graduação, ligados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), responsável pela administração do Museu, foram transferidos para outros locais. As pesquisas que vinham sendo desenvolvidas, e que foram repentinamente interrompidas, estão sendo retomadas.

O dossiê aqui apresentado é mais uma dessas ações. Seu objetivo é resgatar e divulgar algumas das pesquisas vinculadas ao acervo do Museu Nacional nas áreas artísticas e museológica, desenvolvidas por especialistas de diferentes universidades brasileiras.

Essa diversidade institucional mostra como o Museu era um ponto de convergência fulcral de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e seu acervo elemento fundamental na produção de conhecimento não apenas nas quatro grandes áreas em que o Museu efetivamente atuava (Antropologia, Botânica, Zoologia e Geociências). Esse dossiê é um exemplo disso, ao analisar os mais variados objetos segundo perspectivas histórico-artísticas. Destacamos, portanto, que esse acervo também poderia ser visto a partir da teoria de agenciamento de Alfred Gell, que pode ser remontada aos estudos de Antropologia da Imagem de Aby Warburg, Hans Belting e Giulio Carlo Argan, dentre outros.

A teoria de Gell, no entanto, ultrapassa os limites tanto da Antropologia da Arte como da História da Arte: para o autor, a Arte é um sistema de ação. Mais do que um sistema simbólico, ela é um componente das relações sociais e funciona como elemento de ligação entre o produtor e o observador. Os objetos são agentes das práticas performáticas realizadas nos espaços ao longo do tempo; cada um deles representa parte de uma narrativa, imbuídos assim tanto de uma presença como



de uma história (GELL, 2013). A teoria de Gell vai ao encontro do pensamento de Cassirer, tratando-se, no fundo, de uma retomada e uma reinterpretação acerca da memória simbólica e de sua importância sociocultural.

André Luiz Tavares Pereira analisa os percursos para a aquisição e instalação do portão de acesso ao Palácio de São Cristóvão nos primeiros anos do século XIX, após a chegada da família real ao Brasil. Como escreve o autor, recuperar esta trajetória é uma das melhores maneiras para se compreender as relações entre Portugal, Brasil e Inglaterra, e particularmente as riquezas artísticas que o patrimônio de São Cristóvão poderia oferecer a pesquisadores e visitantes, até o devastador incêndio.

Evelyne Azevedo trata da coleção arqueológica mediterrânea do Museu Nacional, também conhecida por Coleção Teresa Cristina. Ao fazer um retrospecto das campanhas arqueológicas realizadas na Itália do século XIX, algumas delas financiadas pela Imperatriz em suas propriedades na Itália, a autora analisa como esses objetos eram considerados legitimadores de uma visão de superioridade europeia. Ao trazer essa coleção para o Brasil, a Imperatriz buscou, portanto, ligar o Brasil ao berço da civilização ocidental e equipará-lo às grandes nações europeias.

André Onofre Limírio Chaves analisa em seu artigo não apenas a história da formação da coleção egípcia do Museu Nacional, como também sua recepção ao longo do tempo. Conforme discute o autor, essa coleção desempenhou importante papel na construção não somente da imagem do Império, mas especialmente de um Brasil civilizado no século XIX, atento aos desenvolvimentos científicos de sua época. Questões correlatas, portanto, às que nortearam as ações de Teresa Cristina com relação à Arqueologia Clássica.

Jezulino Lúcio Mendes Braga, por sua vez, considera que cada objeto, antes de ser integrado aos acervos dos museus, possui uma história própria acumulada ao

longo do tempo, ligada, como ele próprio define, “a apropriações pessoais, negociações e conflitos”. Assim, recupera em seu texto as trajetórias particulares do meteorito do Bendegó, o maior exemplar da coleção brasileira de meteoritos, e exposto no hall de entrada do Museu Nacional até a noite do incêndio.

Anna Maria Alves Linhares, por fim, nos apresenta em seu artigo um estudo sobre a criação de uma *ideia* de indígena brasileiro no século XIX, que se vinculava à extinta população marajoara e às peças arqueológicas encontradas na ilha do Marajó, e que foi difundida por pesquisas e exposições ligadas de algum modo ao Museu Nacional. Esse trabalho não poderia ter sido realizado sem as fontes oitocentistas publicadas ao longo dos anos na revista *Archivos do Museu Nacional*. A autora trata igualmente do simbolismo marajoara de objetos contemporâneos que resgatam os elementos presentes em peças arqueológicas, criando o chamado “estilo marajoara”.

Os textos apresentados, deste modo, estabelecem profícuo debate sobre o amplo tema da História da Arte que, atuando como uma grande área de conhecimento, permite a análise de cada um desses objetos a partir de perspectivas variadas, analisando as possíveis relações entre esses mesmos objetos, suas origens e percursos, o espaço em que se inseriam e o público que frequentava o Museu.

Referências bibliográficas

CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem*. Introdução a uma filosofia da cultura humana (trad. Tomás Bueno). São Paulo: Martins Fontes, 1997

GELL, A. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Oxford University Press, 2013

ⁱ Professoras do Departamento de Teoria e História da Arte do Instituto de Artes da UERJ (DTHA/UERJ).

